



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141430 - RJ (2021/0012684-6)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : LEONARDO DE OLIVEIRA DA VICTORIA (PRESO)
ADVOGADOS : JAIRO DE MAGALHÃES PEREIRA - RJ154023
JESSICA DE OLIVEIRA FULGONI LARA - RJ215124
MICHELE NOGUEIRA COSTA - RJ226409
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CORRÉU : MARCELO FERNANDO PINHEIRO VEIGA
CORRÉU : LEONARDO TEIXEIRA CUPOLLILO
CORRÉU : ERICK LUIZ TEIXEIRA MACHADO
CORRÉU : PAULO ROBERTO GOMES FERREIRA
CORRÉU : ROBERTO JULIO
CORRÉU : RICARDO CHAVES DE CASTRO LIMA
CORRÉU : LEONARDO SANTOS DE SOUZA

DECISÃO

Trata-se de recurso em habeas corpus com pedido de liminar interposto por LEONARDO DE OLIVEIRA DA VITÓRIA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Processo n. 0074901-36.2020.8.19.0000).

O recorrente foi preso preventivamente em 22/05/2019 e posteriormente denunciado e condenado nas penas dos artigos 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06. Na sentença foi mantida a prisão preventiva anteriormente decretada.

Irresignada com a manutenção da custódia cautelar do recorrente, a defesa impetrou habeas corpus perante o Tribunal local, tendo sido denegada a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PRISÃO PREVENTIVA. NÃO REAVALIAÇÃO EM 90 DIAS. ARGUMENTOS AFASTADOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. Prisão preventiva que já havia sido analisadas em "writs" anteriores, oportunidades em que se destacou, dentre outros pontos, indícios de que o paciente integra grupo criminoso voltado para a prática de mercancia ilícita, com alta movimentação financeira e emprego de armas de fogo, as quais são utilizadas como forma de intimidação difusa e para segurança do tráfico de drogas, além do possível aliciamento de menores. A despeito da pluralidade de agentes e de delitos, a ação penal já foi julgada em duas instâncias, mesmo no atual contexto de crise sanitária em razão da pandemia causada pelo coronavírus, de modo que se revela manifestamente improcedente a alegação de excesso e, portanto, considero vencido o presente argumento defensivo. Quanto à alegação de que o paciente não teve a prisão

reavaliada nos termos do artigo 316, parágrafo único, do CPP, cumpre destacar que em recente decisão, salientou o Min. Reynaldo Soares da Fonseca que “não se trata de termo peremptório, isto é, eventual atraso na execução deste ato não implica automático reconhecimento da ilegalidade da prisão, tampouco a imediata colocação do custodiado cautelar em liberdade. Nesse diapasão, a questão posta em exame demanda averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, no momento adequado” (STJ. AgRg no HC 580.323/RS, QUINTA TURMA, julgamento em 02/06/2020, DJe 15/06/2020). De mais a mais, com a prolação da sentença condenatória, negando o direito de o paciente apelar em liberdade, houve esgotamento da instância. Sobre esse prisma, vale ressaltar que a necessidade da custódia cautelar do paciente foi devidamente analisada por este Tribunal de Justiça quando do julgamento dos habeas corpus n. 0075999-90.2019.8.19.0000, 0072954-78.2019.8.19.0000, 0060749-17.2019.8.19.0000 e 0046489-32.2019.8.19.0000, bem como por ocasião do julgamento do recurso de apelação interposto pelo paciente (0514866-26.2015.8.19.0001), oportunidade em que esta Câmara Criminal manteve na íntegra a sentença condenatória proferida, a qual, frise-se, lhe negou o direito de apelar em liberdade. Feitas essas breves considerações, não vislumbro qualquer írrito constrangimento a que possa o paciente encontrar-se submetido. ORDEM DENEGADA.

No presente recurso, aduz a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da acórdão impugnado, argumentando, em suma, a ocorrência de excesso de prazo da custódia cautelar, mormente em razão da violação ao disposto no art. 316, parágrafo único do Código de Processo Penal.

Requer o provimento do presente recurso, liminarmente, para que seja relaxada a prisão preventiva tida por ilegal.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, segundo consta no aresto impetrado (e-STJ fl. 38/40):

In casu, embora tenha ocorrido uma pequena extrapolação do prazo para a formação da culpa, resta evidente a complexidade dos fatos investigados, tendo em vista que se trata de ação penal complexa, deflagrada contra 8 réus, visando apurar a atuação de estruturada organização criminosa.

Além do mais, verifica-se que, segundo consulta ao andamento processual no sítio eletrônico deste Tribunal de Justiça, a instrução criminal se encontra encerrada, tendo sido proferida sentença condenatória, da qual as partes apelaram, estando os autos tramitando nesta Corte:

[...]

Como se vê, a despeito da pluralidade de agentes e de delitos, a ação penal já foi julgada em duas instâncias, mesmo no atual contexto de crise sanitária em razão da pandemia causada pelo coronavírus, de modo que se revela manifestamente improcedente a

alegação de excesso e, portanto, considero vencido o presente argumento defensivo.

Ademais, considerando que o pedido confunde-se com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência